

1 **COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**
2 **CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA**
3 **CTCOB**
4 **ATA DA 11ª REUNIÃO**

5 Data: 11 de NOVEMBRO de 2011

6 Local: AGUASPARANÁ – Sala de Reuniões

7 **PARTICIPANTES:**

- 8 ○ Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira: Olga Polatti
9 (olgapolatti@aguasparana.pr.gov.br)
- 10 ○ Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Elenice Roginski
11 (elenice@sanepar.com.br)
- 12 ○ Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAB: José Tarciso
13 Filho

14 **CONVIDADOS:**

- 15 • PETROBRAS: Ademar Kazuo Horiuchi (ademarh@petrobras.com.br)
- 16 • PETROBRAS: Fabiana Ghiggi (fabianag.longen@petrobras.com.br)
- 17 • Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Pedro Luiz Prado Franco
18 (pedrolpf@sanepar.com.br)
- 19 • Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: Abel Demetrio
20 (abeldemc@sanepar.com.br)
- 21 • Companhia Paranaense de Energia – COPEL: Monica Irion Almeida
22 (monica.irion@copel.com)
- 23 • SPAIPA: Michel Ribas Galvão (mrgalvao@spaipa.com.br)
- 24 • AGUASPARANÁ: João Lech Samek (joaosamek@aguasparana.pr.gov.br)
- 25 • AGUASPARANA: Enéas Souza Machado (eneasmachado@aguasparana.pr.gov.br)
- 26 • PMC – SMMA: Cláudia Regina Boscardin (cboscardin@smma.curitiba.pr.gov.br)

27
28
29 **RELATORIA:**

- 30 • Olga R. R. Polatti – Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira -
31 (olgapolatti@aguasparana.pr.gov.br)

32
33 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

34 Às 09:00 horas do dia 11 de novembro de 2011, na sala de reuniões do Instituto das
35 Águas do Paraná iniciou-se a 11ª Reunião da Câmara Técnica de Cobrança do
36 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira – CT-COB, para tratar
37 da pauta estabelecida para a reunião. A coordenadora da CT-COB iniciou a reunião
38 com a apresentação dos presentes e informou que após quatro anos sem atividades
39 a CT-COB estava retomando suas atividades. Comentou que as reuniões haviam
40 sido paralisadas por questão governamental de não se efetuar cobrança e que ao
41 longo de 2011 a equipe do AGUASPARANÁ continuou a discussão dos critérios de
42 cobrança com a SANEPAR. Passou então à leitura da pauta e informou que havia
43 sido realizada consulta às entidades que faziam parte da CT-COB, e que estas
44 manifestaram seu interesse em continuar participando e indicaram seus
45 representantes. São membros da CT-COB: Olga R. R. Polatti do AGUASPARANÁ,
46 Coordenadora da Câmara Técnica, José Tarciso Fialho da SEAB e Gilmar Clavissi
47 da Prefeitura Municipal de Piraquara pelo poder público, Elenice Roginski da
48 Sanepar e Roberto Gava da FIEP, pelo setor dos usuários da água, Ingrid Illich
49 Muller da ABRH e Valdir Donizete Moraes da ECOFORÇA pela sociedade civil. O
50 Sr. Enéas Souza Machado fez um breve histórico das reuniões anteriores, e

51 destacou o reinício dos trabalhos em 2011, que resultaram na minuta recebida.
52 Comentou que agora a questão da cobrança estava melhor delineada,
53 principalmente após o início da cobrança do São Francisco e em outros comitês e
54 que a meta da CT-COB era ter todas as discussões prontas para levar à plenária em
55 março de 2012. O Sr. Enéas Souza Machado informou que o Plano de Bacia estava
56 sendo feito, em sua maior parte, pelo Instituto das Águas do Paraná e que havia sido
57 contratada uma consultoria para auxiliar na finalização do Plano e que a CT-Plan
58 estava sendo reativada e faria o acompanhamento da finalização do Plano. A
59 Coordenadora passou à leitura da Ata da 10ª Reunião da CT-COB, esclarecendo
60 que a minuta da Portaria sobre Usos Insignificantes não havia sido encaminhada à
61 Plenária do Comitê, como deliberado na reunião. A Sra. Elenice Roginski sugeriu a
62 revisão desta minuta, inclusive informando que a Resolução de Usos Insignificantes
63 do Comitê do rio Doce poderia subsidiar essa revisão. A Sra Olga Polatti alertou
64 para o fato de que se deve tomar cuidado para não deixar os critérios de Usos
65 Insignificantes menos rígidos do que já estão. O Comitê deverá propor os valores a
66 serem adotados e caberá ao órgão gestor avaliá-los. O Sr. Pedro Franco esclareceu
67 que quanto mais urbano o uso da água, mais restritivos devem ser os critérios de
68 outorga e citou que na CTPOAR do CNRH, a ANA vai estabelecer critérios gerais e
69 não valores. A Coordenadora da CT-COB sugeriu que na próxima reunião constasse
70 da pauta uma discussão da minuta da Portaria de Usos Insignificantes e que os
71 membros deveriam trazer sugestões. Ainda com relação ao discutido na 10ª reunião
72 a Sra. Elenice Roginski informou que a questão que estava vencida era a da vazão
73 medida versus a vazão outorgada. O Sr. Ademar Kazuo Horiuchi informou que o PCJ
74 possuía cobrança tanto dos volumes medidos como dos volumes outorgados e foi
75 comentado que constava na Lei Estadual nº 12.726 que a cobrança deveria ser feita
76 com base nos volumes outorgados. O Sr. Enéas Souza Machado informou que na
77 última reunião do CERH havia sido aprovado o novo Decreto de Cobrança, que
78 estava na Casa Civil, já havia passado pela Assessoria Jurídica da mesma e que
79 estava em vias de ser sancionado pelo Governador. A Sra. Elenice Roginski
80 questionou sobre quem iria definir os critérios de bonificação e a Coordenadora
81 sugeriu que se concluísse a leitura da Ata e se efetuasse a leitura da Minuta de
82 Resolução sobre a Cobrança para se fazer os esclarecimentos retomando a pauta
83 da reunião. Após aprovação da Ata, o Sr. Ademar Kazuo Horiuchi lembrou que nas
84 reuniões anteriores houve uma proposta das indústrias que não foi contemplada na
85 minuta a ser trabalhada nesta reunião, enfatizando a questão da possibilidade de
86 efetuar a cobrança sobre o volume declarado. O Sr. José Tarciso Fialho comentou
87 que seria interessante convidar a FAEP e a OCEPAR para tomar conhecimento dos
88 trabalhos. Passou-se a leitura e discussão da Minuta de Resolução sobre a
89 Cobrança tendo sido feitas as seguintes considerações: Nos considerandos atualizar
90 número do Decreto Estadual que regulamenta os Comitês de Bacia Hidrográfica; em
91 relação ao Art. 1º, a Sanepar se comprometeu a explicar como é o processo de
92 estabelecimento de perdas no setor de saneamento, após questionamento do Sr.
93 Ademar Kazuo Horiuchi que disse que ficava um tanto estranho o setor divulgar as
94 perdas que seriam utilizadas no cálculo da cobrança do setor; em relação ao Art. 1º,
95 inciso XIX o Sr. Pedro Luiz Prado Franco salientou que a definição de “Uso
96 Consuntivo” apresentada na minuta estava diferente da definição utilizada pela ANA;
97 com relação ao incisos XXI do mesmo artigo surgiram dúvidas quanto ao nome
98 “Bônus_{DBO}” se não deveria ser apenas “Bônus” uma vez que outros parâmetros de
99 qualidade do efluente podem ser beneficiados; com relação ao Art. 3º - o Sr. Ademar

100 Kazuo Horiuchi questionou a utilização dos volumes outorgados no cálculo da
101 cobrança ao invés dos volumes captados e medidos e verificou-se que no Art. 12 do
102 novo Decreto de Cobrança estava definido que a cobrança poderia ser feita com
103 base no volume declarado pelo usuário e o setor industrial ficou de avaliar a questão
104 de se utilizar o volume declarado quando de uma revisão dos critérios de cobrança;
105 e, com relação ao Art. 5º, o setor industrial ficou de verificar os critérios
106 estabelecidos neste artigo, para discussão na próxima reunião. A discussão parou
107 no final do art. 5º e definiu-se que os demais itens da minuta da resolução de
108 cobrança seriam discutidos em outra reunião, afim de que o setor industrial pudesse
109 discutir a mesma internamente. A próxima reunião ficou previamente marcada para
110 o dia 13 de dezembro de 2011, às 9:00 horas. Em seguida, a Coordenadora
111 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

112

113 Curitiba, 11 de novembro de 2011.

114

115 Olga R. R. Polatti

116 AGUASPARANÁ

117 Coordenadora da CT-COB